

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO DEZASSETTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE SETEMBRO DE 2016**

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município e Salão Nobre das Reuniões, teve lugar a décima sétima sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pela segunda secretária, Dina Maria de Almeida Tomé, e pelo membro Manuel Leite dos Santos, que foi chamado para completar a Mesa, por se ter verificado a ausência do primeiro secretário Rui Manuel Costa Pereira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supramencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Liliana Matias Soares; Ana Palmira Botelho Figueiredo; José Manuel de Andrade Oliveira; Teresa Alexandra Carvalho Silva e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Gentil Cabral Duarte, Secretário da Junta de Freguesia de Várzea da Serra em substituição de Domingos dos Santos Rodrigues; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: Rui Manuel Costa Pereira e Paulo Jorge Dias Pereira,

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes, tendo agradecido aos cidadãos presentes, por se terem disponibilizado para estarem presentes nesta sessão.

Informou que tem sido norma convidar personalidades que acrescentem valor ao trabalho desempenhado pelo órgão, tendo já tido a presença de personalidades de diversas áreas. Para esta reunião foi convidado o Senhor Padre Carlos Lopes, a fim de intervir sobre os assuntos que entender convenientes, tendo-se sugerido uma referência à construção do Centro Paroquial Santa Helena da Cruz.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata n° 16 da sessão ordinária de 22.06.2016;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Apreciação do Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2016, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", acompanhado do Balanço e da Demonstração de Resultados na mesma data;

2. Discussão e votação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar para aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para as Diversas Instalações do Município de Tarouca, em 2017;

3. Discussão e votação da proposta de fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2016 a liquidar em 2017 e de redução da mesma, de acordo com a n° de dependentes que compõem o agregado familiar;

4. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação reportada a 19.09.2016;

5. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25º da Lei n° 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 16 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22.06.2016**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número dezasseis da sessão ordinária de vinte e dois de junho de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso solicitou a seguinte alteração:

- Folha sessenta e cinco verso onde se lê "(...) tendo havido uma proatividade muito grande (...)" deverá ler-se "(...) tendo havido uma proatividade grande (...)".

Não tendo sido apresentadas outras alterações, procedeu-se à votação da ata número dezasseis da sessão ordinária de vinte e dois de junho de dois mil e dezasseis, a qual foi aprovada por maioria de quinze votos a favor e cinco abstenções dos membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmiento; José Manuel de Andrade Oliveira; Teresa Alexandra Carvalho Silva e Balduino do Carmo Fonseca, que se abstiveram por não terem estado presentes naquela sessão.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra disponível para consulta a correspondência recebida, tendo destacado a seguinte:

- Convite para a inauguração da Rede de Monumentos Vale do Varosa - 22.07.2016 - (Convento de Santo António de Ferreirim e do Mosteiro de S. João de Tarouca), felicitando o Executivo pela forma como foi conduzida a inauguração do espaço;

- Ofício do membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira enviando para conhecimento a reclamação que apresentou aos CTT

- Convite da Associação Flor do Sabugueiro - Folk Internacional Vale do Varosa 2016, no qual esteve presente com muito gosto, porque foi um evento multicultural importante para perceber a cultura de outros países;

- Convite da Comissão de Festas de Valverde - Festas em Honra de Sta. Tecla, nas quais participou, felicitando a Comissão de Festas pelo trabalho realizado, que ultrapassou a mera organização de uma festa, constituindo-se numa atividade de cariz social e de dignificação daquela aldeia tão bonita, as quais já não se realizavam há cerca de quinze anos;

- Convite do Agrupamento de Escolas de Tarouca - Entrega dos prémios de mérito, em cuja cerimónia estará hoje presente.

Referiu que foram apresentadas justificações de falta pelos seguintes membros: - Rui Manuel Costa Pereira e Paulo Jorge Dias Pereira, as quais serão arquivadas sob os números vinte e vinte e um, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Aproveitou para chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para a falta dos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias, pedindo-lhe que lhes transmita a necessidade de justificarem as respetivas faltas às sessões da Assembleia Municipal.

Quanto à contextualização da sessão, iniciou por referir que às sextas-feiras continuam a fazer o atendimento a cidadãos a título individual ou em representação de Instituições e que no dia dezasseis de setembro corrente teve lugar mais uma reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, constituída pela Mesa da Assembleia e por todos os líderes dos partidos representados no órgão.

Prosseguiu referindo as Festas do Concelho, destacando o *Varosa Moments*, que este ano foi dos melhores, e que julga que é uma marca que deve continuar a persistir, felicitando o Senhor Vice-Presidente pelo seu empenhamento.

Relativamente ao Cortejo de S. Miguel, disse que por razões profissionais não lhe foi possível estar presente, mas pensa que a essência do cortejo foi recuperada, parecendo-lhe que se está no registo certo, porque permite a participação das pessoas de forma ativa e incentiva a que muitas outras pessoas venham ver o evento. Felicitou o Executivo e toda a estrutura associativa do Concelho, porque mostraram uma vida imensa, a qual deve ser valorizada.

Relativamente às festas de S. Miguel no geral, e numa perspetiva dos impactos sociais e económicos, salientou o grande impacto social que as mesmas tiveram, pois as associações e outras instituições ganharam com este modelo, sobre o qual no início estava um pouco cético, mas que veio a revelar-se um modelo vencedor, porque dá vida às Associações do Concelho, permitindo-lhes que se autofinanciem, o que é muito importante.

Continuou informando que enviou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma proposta de análise da pertinência da adesão deste Município à Associação de Municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, por entender que a saúde é uma das áreas centrais do desenvolvimento dos territórios. Disse ainda que tem participado em diversas reuniões com os Presidentes da Assembleia Municipal do Douro Sul, as quais têm permitido uma sintonia entre todos, relativamente a questões estruturais respeitantes a toda a região, sendo um trabalho que é feito de forma discreta.

Felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares pela realização da Festa do Senhor do Monte, que é muito mais do que uma festa, tendo



Fl. 070

2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

o Senhor Padre Carlos Lopes sabido retratar bem o que ali se passou.

Salientou o convívio que se realizou em Vila Pouca de Salzedas, que era uma aldeia abandonada, mas que um grupo de pessoas conseguiu mudar, dando vida à escola primária, e levando sorrisos e abraços àquelas pessoas, devolvendo assim a dignidade à aldeia. Felicitou por isso os elementos da Associação dos Amigos de Santa Luzia por todo o trabalho que têm vindo a desenvolver.

Referiu o Estágio da Orquestra de Sopros, tendo destacado a arte e o espírito ligado à música, à camaradagem, ao companheirismo entre os elementos das diversas bandas do Concelho. Disse que não podia deixar de estar atento a este evento, que teve início no Congresso da Cidadania do corrente ano, onde obteve o primeiro prémio, tendo dado os parabéns ao Executivo pelo trabalho desenvolvido.

Destacou o torneio de ténis organizado pela Associação da Juventude do Concelho de Tarouca.

Deu os parabéns à Associação SCT pelo envolvimento dos mais novos e das suas famílias.

Referiu o evento realizado pela Associação *Downhill*, cujo trabalho sempre respeitou muito, porque teve a oportunidade de ir assistindo ao longo dos anos ao seu desenvolvimento naquela serra.

Referiu ainda o Concerto de Canto Cisterciense realizado no Mosteiro de S. João de Tarouca, onde se reviveu o tempo dos monges, que foi extraordinário, pelo que entende que deve continuar a realizar-se, alertando para a necessidade de ser mais divulgado.

Acerca da realização do Congresso da Cidadania de 2017, a Comissão Permanente reuniu e decidiu propor que em 2017 o Congresso seja realizado em movimento, e que decorra entre S. João de Tarouca e Ucanha, ao longo do rio, com diversas paragens (junto aos monumentos) para discutir temas no âmbito da sustentabilidade e desenvolvimento dos territórios, os quais serão dinamizados por diferentes grupos de jovens das escolas do Douro Sul. O objetivo será a valorização do nosso território e de todas as suas idiossincrasias, as questões climatéricas, geodemográficas, etc. Terá lugar no mês de maio 2017, o que irá ser concertado com a Associação Flor do Sabugueiro, porque pode coincidir com as suas festas. Prevê-se ainda a oferta de um almoço convívio para todos os participantes. Quanto aos projetos apresentados no âmbito do concurso Cidadão Participa serão exibidos num dos momentos do Congresso, assim como a respetiva votação. Disse ainda que toda a realização do Congresso irá ser concertada com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de S. João de Tarouca e das Uniões de Freguesias de Gouveães e Ucanha e de Tarouca e Dálvares, para a sua melhor concretização.

Considera que a aposta na educação é fundamental e por isso deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal por todo o apoio dado a essa área.

Concluiu manifestando a sua preocupação pelo atraso dos fundos comunitários, que coloca em causa as dinâmicas dos Município e das Instituições.

Passou-se de seguida ao

1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas ao Senhor Padre Carlos Lopes, tendo-lhe agradecido por se ter disponibilizado para intervir.

O Senhor Padre Carlos Lopes iniciou a sua intervenção agradecendo o convite que lhe foi formulado, tendo informado que irá falar em nome da sua representada, a Paróquia de S. Pedro de Tarouca, que abrange quarenta e cinco por cento da população do Concelho, ou seja, a grande percentagem de crianças do Concelho concentra-se nesta Paróquia, tendo cerca de trezentas e cinquenta a frequentar no corrente ano a catequese, daí a importância de algumas estruturas que são necessárias para acolher tantas crianças e famílias.

Prosseguiu informando que a primeira fase do Centro Paroquial Santa Helena da Cruz está já em funcionamento e que a segunda fase está em acabamento, estando agendada a sua inauguração para o próximo dia vinte e sete de novembro. Referiu que a primeira parte do edifício teve o total apoio e interesse do Executivo anterior que sempre os acolheu e esteve atento às suas necessidades, tendo na altura sido também celebrado um protocolo entre o Município e a Paróquia que possibilitou a execução da segunda fase do Centro Paroquial, no qual a Autarquia assumiu a mão-de-obra e a Paróquia os materiais e a logística. Nessa altura, foi ainda iniciada a construção de um dos muros que ladeiam o espaço. Continuou salientando também a boa relação que tem sido estabelecida com o atual Executivo, que tem demonstrado uma total abertura em relação aos problemas da Paróquia, total compreensão e diálogo, não tendo faltado com o apoio que lhes é possível dar para a construção da segunda fase do Centro Paroquial, manifestando sempre um contínuo interesse pela obra à qual fazem visitas regulares. Felicitou por isso o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os funcionários do Município pelo trabalho executado, pois têm dado o seu melhor.

Referiu que uma obra da envergadura do Centro Paroquial exaure todos os recursos, lamentando que não esteja presente o membro Rui Manuel Costa Pereira, tesoureiro do Conselho Económico da Paróquia de S. Pedro, para dar um conhecimento mais concreto dos valores ali despendidos

Explicou que a primeira parte da referida obra se destinou à catequese e às reuniões intra e extra Igreja. Quanto à segunda parte, é composta por um salão multifunções, para

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

acolher celebrações, reuniões, divertimentos, etc., ou seja, para que possa estar ao serviço da Comunidade em geral, por isso foi dotado também de uma cozinha; por uma sala para a juventude, que não foi dividida a pedido dos próprios jovens; por uma sala para o GASPTA e por um espaço para arrumos, porque até agora não tinham qualquer local para arrumar material da Paróquia, nomeadamente os andores, se não fosse a boa vontade da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca.

Informou que irá ser colocada uma imagem em granito de Santa Helena da Cruz na parte externa do Centro Paroquial, porque na cidade não há nenhuma referência a Santa Helena da Cruz, apesar de ser a sua grande referência.

Disse ainda que se a Câmara Municipal tem tido um trabalho preponderante na construção do Centro Paroquial, também não pode deixar de salientar o empenho do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, que se tem mantido sempre preocupado com o desenvolvimento da obra, ajudando naquilo que lhe é possível.

Destacou de seguida a Igreja de S. Pedro de Tarouca, que tem já oitocentos anos e que é um monumento de interesse nacional, que foi reconstruído exteriormente graças a uma TNS, com o apoio do anterior Executivo. Contudo, atualmente o seu estado de degradação interior é muito grave. Disse que sabe que o atual Executivo fez um levantamento das necessidades e que foi apresentada uma candidatura que espera que venha a ser aprovada, pois é uma vergonha que não seja preservado um monumento daquela envergadura, com arte manuelina e pinturas únicas no Concelho.

Prosseguiu referindo que, dos vários povos da Paróquia de Tarouca, o único que não tem uma Capela é o Castanheiro do Ouro, apesar de ser o lugar com mais casais jovens e crianças da Paróquia, não tendo por isso uma estrutura que os una, não só no aspeto religioso, mas também no aspeto social/cultural. Disse que esta situação não tem sido fácil, porque os terrenos naquele lugar são todos muito caros, e apesar de terem tido a oferta de um espaço, tem havido algumas objeções, por isso estão na expectativa, esperando que este assunto esteja nas preocupações do Executivo, pois é um povo que precisa de um espaço para o efeito.

Solicitou a execução de uma ligação entre Santa Helena e o Cristo Rei, dois locais maravilhosos do Concelho, a qual seria importante quer em termos de turismo, quer para caminhadas, percurso de bicicletas, etc.

Referiu a importância da colocação de eletricidade no Cristo Rei. Quanto a Santa Helena, sabe que há um estudo para dignificar o espaço exterior sem o adulterar, fazendo votos para que o mesmo se venha a concretizar.

Concluiu agradecendo a paciência que tiveram para o ouvir, tendo informado que estão disponíveis para fornecer qualquer informação sobre o Centro Paroquial.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Senhor Padre Carlos por estar presente neste órgão, que é o coração da democracia. Referiu ainda que uma das competências da Assembleia Municipal é a de fiscalizar e acompanhar o trabalho do Executivo, sendo importante trazer às sessões estruturas onde são aplicados recursos significativos do Município, associando-se a todo o esforço que o Executivo está a fazer para apoiar esta obra tão importante para a Paróquia e para todo o Concelho.

Interveio de seguida a cidadã Ilda Maria Silva, na qualidade de representante dos moradores da Rua de S. Miguel, em Tarouca, contestando a publicação do edital número cinquenta e quatro/dois mil e dezasseis, publicado pela Câmara Municipal em doze de setembro corrente, relativo à alteração da sinalização vertical na Rua de S. Miguel, uma vez que não foram ouvidos os moradores da rua que são parte interessada, pois trata-se de uma alteração muito radical que vai penalizar essencialmente os moradores, beneficiando apenas uma Instituição.

Concluiu entregando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal um abaixo-assinado subscrito por cinquenta e cinco cidadãos.

Seguiu-se a intervenção da cidadã Carolina Gomes Alves, que referiu a necessidade de ser estudada a melhor forma de serem desimpedidas de veículos as ruas na zona histórica, para que o trânsito pudesse fluir.

Sugeriu ainda a marcação de locais de estacionamento para evitar problemas, nomeadamente junto ao Lar de Idosos, o que facilitaria a atuação das autoridades.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu aos intervenientes, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por agradecer a presença do público e as suas intervenções, as quais ouviu atentamente.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal as palavras de encorajamento que dedicou ao Executivo.

Disse que ouviu atentamente o Senhor Padre Carlos Lopes, tendo-lhe agradecido as palavras que dirigiu ao Executivo, pois tem a certeza que conhece a realidade do Município em termos financeiros, e que sabe que, mesmo assim, nunca abdicaram da participação na construção do Centro Paroquial, com a cedência da mão-de-obra e de alguns materiais.

Referiu que conhece bem a importância da obra do Centro Paroquial, não só para as crianças, como também para outras instituições, e por isso a sua construção constitui motivo



2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de grande satisfação, o que será manifestado aquando da sua inauguração.

Lembrou que este Executivo tem feito um grande esforço financeiro, para tentar satisfazer as necessidades do Concelho e mesmo com muitas dificuldades vão estando sempre presentes em todas as solicitações.

Quanto à Igreja de S. Pedro, disse que levou lá o Senhor Secretário de Estado da Cultura e que foi apresentada uma candidatura, esperando que venha a ser aprovada.

Disse ainda que a execução da ligação entre Santa Helena e o Cristo Rei está nos projetos do Executivo e, logo que seja possível, será concretizada.

Dirigindo-se à Senhora Ilda Silva disse que teve muito gosto em ouvi-la, tendo-lhe explicado que a aprovação da sinalização do trânsito para a rua de S. Miguel, já vinha sendo solicitada há muitos anos, tendo sido uma decisão aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal.

Continuou explicando que aquela decisão não foi tomada de ânimo leve, pois os técnicos do Município deslocaram-se ao local e colocaram várias soluções para resolver o problema, tendo-se chegado à conclusão que a solução aprovada é a que melhor resolve o problema do trânsito no local, por isso irão colocar a sinalização e se posteriormente se verificar que não é a melhor solução então será debatido o assunto.

A propósito, informou que também lhe foi entregue um outro abaixo-assinado pelos automobilistas e peões que circulam naquela rua, o qual leu em voz alta, verificando-se que solicitavam a alteração do trânsito entre a Rua Alberto Martins e a rotunda do Mártir S. Sebastião, com a colocação de um sentido único, o qual foi assinado por um número de pessoas superior ao que foi entregue nesta sessão pela Senhora Ilda Silva.

Concluiu ressaltando que, nem a Câmara Municipal, nem a Assembleia Municipal, pretendem criar uma situação de trânsito pior do que a existente. Por isso, se depois de ser colocada a sinalização se verificar que essa alteração não melhora o trânsito, será efetuada a mudança que se entender necessária.

Passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **António do Carmo Santos** - Congratulou-se com a intervenção do Senhor Padre Carlos Lopes, tendo-lhe dado os parabéns pela sua presença.

Em relação aos problemas de trânsito que foram apresentados, disse que podem à primeira vista parecer pouco importantes,

mas entende que devem ser analisados e ponderados, já que se verifica que há posições divergentes sobre o assunto. Em relação aos estacionamento, disse que efetivamente se estivessem marcados as autoridades estariam mais à vontade para autuar, mas entende que Tarouca não tem assim tanto movimento que justifique essa solução.

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo** - Disse que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou na sua intervenção um dos eventos interessantes que foram realizados no Concelho, designadamente o Concerto no Mosteiro de S. João de Tarouca, promovido pela Direção Regional da Cultura do Norte, em colaboração com o Município. Neste contexto, convidou todos os presentes para o mesmo tipo de Concerto que terá lugar no dia vinte e um de outubro, em Salzedas, para comemorar mais um aniversário do Convento.

Congratulou-se com a realização do desfile nas festas de S. Miguel e pela participação das associações da sua freguesia, que a dignificaram.

Referiu que a freguesia de Salzedas é a freguesia do Concelho com mais produção agrícola, em termos de maçã, baga do sabugueiro e uvas, tendo tido algumas dificuldades nas acessibilidades aos terrenos, as quais têm vindo a ser resolvidas, o que agradece ao Executivo. E como terminaram há dias a campanha da baga do sabugueiro, que traz bastante riqueza ao concelho, perguntou como correu este ano a campanha e quais as perspetivas para o futuro.

- **Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa** - Perguntou em que ponto se encontra o projeto do Parque Industrial de Tarouca, quais as dificuldades encontradas, e como pretendem ultrapassar as mesmas.

Solicitou ainda informação sobre a fusão da Orquestra Ligeira e da Academia de Música, uma vez que há pais a questionarem sobre o assunto.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Solicitou informações sobre a evolução do Parque Industrial de Tarouca.

Quanto ao Cortejo nas Festas de S. Miguel, deu os parabéns a todas as Associações participantes, à Câmara Municipal e às pessoas que participaram e assistiram ao mesmo. Agradeceu ainda a todos os que contribuíram para que a sua freguesia estivesse representada, uma vez que a Associação Cultural que existe em Granja Nova não está ativa. Assim, agradeceu ao Grupo de Jovens de Formilo e Granja Nova e ao Grupo de Cantares de Vila Chã da Beira, em particular ao membro Ana Palmira Botelho Figueiredo, pela dinamização do Grupo de Jovens.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Iniciou por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o apoio dado para o arranjo das escolas de Vila Chã do Monte, com a cedência da mão-de-obra.



2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Explicou que os edifícios das antigas escolas de Vila Chã do Monte foram cedidos pelo Município ao Centro de Dia de Vila Chã do Monte, que tinha um projeto para o local, o qual não conseguiu concretizar e por isso depois de terem reunido, decidiram passar esses edifícios para Freguesia de S. João de Tarouca, que em conjunto com o povo arrancou com a obra e finalizou-a.

Agradeceu por isso a todo o povo de Vila Chã do Monte e às Comissões de Festas que durante três anos se organizaram para angariar fundos para a realização das obras nos edifícios das antigas escolas de Vila Chã do Monte.

Salientou o exemplo raro dado pelo povo de Vila Chã do Monte, que se empenhou, em conjunto com a Associação e com as Comissões de Festas, para a realização daquela obra, num espaço que é património do Município de Tarouca, apesar de estar cedido à Freguesia de S. João de Tarouca. Suportaram muitas despesas com a referida obra, nomeadamente o telhado de uma das escolas, o paralelo para a pavimentação, as mesas e bancos em granito, entre outras, porque são pessoas de trabalho, amigas, que se esforçaram e valorizaram um edifício que é património público.

Quanto ao edifício da antiga escola de S. João de Tarouca, disse que tem conhecimento que o mesmo foi cedido pelo Município à Fábrica da Igreja Paroquial de S. João de Tarouca, tendo perguntado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual o projeto que aquela entidade apresentou para lhe ser cedido aquele edifício, pois tem sido abordado por muitas pessoas da freguesia sobre este assunto, por entenderem que quem deve gerir o património público sito na Freguesia é a Junta de Freguesia.

Referiu que ouviu dizer que o Senhor Pároco de S. João de Tarouca cedeu uma parte do edifício a uma Associação e que a outra parte se destina ao desenvolvimento do projeto Rejuvenescer Tarouca, tendo perguntado quem procederá à limpeza do espaço envolvente ao edifício, que está cheio de ervas e silvas.

Referiu ainda que a Junta de Freguesia não dispõe de espaço para arrumar os seus utensílios e que, por outro lado, a residência paroquial não está a ser utilizada. Por isso, perguntou se consideram correto que seja o Senhor Pároco da freguesia de S. João de Tarouca a decidir a utilização do património público.

Concluiu solicitando novamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informe qual o projeto que a Fábrica da Igreja Paroquial de S. João de Tarouca apresentou para lhe ter sido cedido o referido edifício da escola de S. João de Tarouca, pois se aquela Instituição não tem qualquer projeto para o edifício e se não precisa do espaço, julga que deve ser a Junta de Freguesia a ficar responsável pelo edifício e a zelar pela sua manutenção.

- **Manuel do Carmo Ferreira** - Quanto à sinalização vertical na Rua de S. Miguel, disse que sempre foi a favor da colocação de um sinal que evitasse as dificuldades de trânsito que ali se verificavam, por isso deu os parabéns ao Executivo pela aprovação da colocação daquela sinalização. Agradeceu ao Senhor Vice-Presidente por se ter deslocado à Assembleia de Freguesia de Várzea da Serra para prestar esclarecimentos sobre a situação financeira do Município. Quanto ao parque industrial, lembrou que a freguesia de Várzea da Serra ofereceu cem hectares destinada a esse efeito, cujo projeto foi aprovado, e que depois foi abandonado não sabendo porque razão isso aconteceu. Concluiu dizendo que gostou do desfile das festas de S. Miguel, contudo parece-lhe que deveria ser fixado um tema para o mesmo, que cada um desenvolveria da melhor forma.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Dirigindo-se ao Senhor Padre Carlos Lopes, disse que nos seus dois mandatos como Presidente da Junta sempre fez um esforço para apoiar a obra de construção do Centro Paroquial, porque não existia outro investimento na Freguesia que fosse tão abrangente como aquele, estando sempre disponíveis para continuar a apoiar no que lhes for possível. Salientou ainda que vive neste Concelho há trinta e três anos e não conhece nenhuma obra em Tarouca deixada por outro pároco. Para além disso, foi visitar o Senhor Padre Carlos à Residência Paroquial, onde pôde constatar as humildes condições em que vive, porque está completamente focado na construção do Centro Paroquial. Em relação ao trânsito da rua de S. Miguel, disse que ficou magoado por ter ouvido afirmar que está a ser beneficiada apenas uma Instituição, como se ela não tivesse qualquer importância para o Concelho, esquecendo-se de que se trata da Instituição mais importante a seguir ao Município, por isso julga que deve haver maior cuidado na forma como se fala dela, porque merece o maior respeito de todos. Explicou que o único troço que vai sofrer alteração se localiza entre a estrada junto à Santa Casa da Misericórdia e a Rotunda do Mártir S. Sebastião, por isso não percebe quais os comerciantes que serão prejudicados com essa alteração, nem o motivo da manipulação dos moradores. Louvou o Executivo por terem tomado essa decisão, dados os grandes problemas de trânsito que ali aconteciam todos os dias. Considera que não é necessário marcar lugares de estacionamento, para que as autoridades possam autuar, porque se os veículos estiverem mal-estacionados, as autoridades podem autuar nos termos da lei. Em relação ao Cortejo, entende que foi fantástico e muito bem organizado e que o grande mérito é acima de tudo das Associações que participaram em força. Não concorda que seja fixado um tema para o mesmo, porque seria limitativo e assim grande parte das Associações não participariam. Entende que



Fl. 074
2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é o modelo de cortejo que melhor funciona no Concelho e que por isso se deve manter.

Concluiu perguntando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se foi verdade ou não que, no encerramento do processo da Variante Este, o Município teve de devolver duzentos mil euros.

- **Manuel Leite dos Santos** - Retirou-se da Mesa para intervir.

Lembrou que a partir da próxima segunda-feira vão ser publicitados nos *sites* da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal os Jogos Florais Vale do Varosa 2016 na versão de Adultos e de Infantis e Juvenis, os quais são extensivos aos concelhos do Douro Sul, solicitando a todos que ajudem a divulgar esta atividade.

Continuou referindo que é preciso urgentemente dizer um não definitivo ao apagão sistemático da iluminação pública no Concelho, pois não é correto estarmos durante trezentos e sessenta e cinco dias por ano sem luz durante algumas horas da noite. Considera que a solução que tem apresentado consubstancia e garante mais e melhor segurança das pessoas e dos bens, conduzindo também a uma redução real e efetiva do consumo de energia elétrica, gerando uma efetiva poupança.

Salientou que são precisas e urgentes obras visíveis e eficazes, nomeadamente, as relativas à energia elétrica, que do ponto de vista do Grupo Municipal do Partido Socialista não têm merecido a celeridade e a acuidade devida, esperada e expetável.

Considera que, não colmatar estas matérias, prejudica a segurança e a qualidade de vida dos munícipes, que ficam assim ameaçadas, diminuídas e desrespeitadas o que não prestigia ninguém, nem os eleitos, em geral, nem o Executivo, em particular.

Ressaltou ainda que espera que, a não resposta adequada a estas matérias, ou a sua perpetuação no tempo, não venha a proporcionar o cumprimento do velho dito popular "depois de casa roubada trancas à porta".

Referiu que este tema já foi colocado repetidamente em anteriores sessões da Assembleia Municipal, o que lhe causa algum desgaste, por estar sempre a repetir esta questão, tendo solicitado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal as informações que a seguir se transcrevem:

"• Do projeto para a substituição das atuais luminárias convencionais por outras de maior eficiência energética, tipo LED, que a autarquia disse fazer parte de uma candidatura aos fundos comunitários, tem este algum contrato de gestão de eficiência energética? Se sim, o que contempla, qual a duração e quais os períodos previstos de prorrogação?

• Os procedimentos concursais para a resolução legal do projeto estão a decorrer ou já terminaram? Se sim, qual é o ponto de situação? Se não, o que falta e porquê?

• A consolidação e realização do projeto depende, pelo que a autarquia tem vindo a anunciar desde há algum tempo, da aprovação da candidatura específica já formulada e apresentada, em tempo. Se esta candidatura não for aprovada, como pensa a autarquia ultrapassar tal decisão? Tem algum plano B?"

Concluiu salientando que racionalizar o consumo da energia, é um imperativo nacional e autárquico, mas é também um investimento económico, político e social que urge concretizar.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que, na qualidade de membro do Conselho Económico da Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca, partilha das mesmas preocupações do Senhor Padre Carlos Lopes relativamente ao Centro Paroquial Santa Helena. Quanto à sinalização da rua de S. Miguel, disse que acha que basta passar por aquela rua para se ter a certeza de que a mesma não pode ter dois sentidos, por isso pensa que este assunto não é de difícil resolução, salientando a abertura que o Senhor Presidente da Câmara Municipal demonstrou para a sua discussão.

Ressaltou que independentemente de estarem ou não de acordo com as intervenções do público, o que importa realmente é que as pessoas venham a estas sessões e se manifestem, porque esta é a casa da democracia local, onde as pessoas deverão vir apresentar os seus problemas, porque estão aqui para os ouvir e para os resolver, se for caso disso.

Relativamente às festas de S. Miguel, disse que foram umas festas muito variadas, com programação para os mais jovens e para os mais adultos, tendo salientado os seguintes momentos: o *Varosa Moments*, por ser um acontecimento de referência; os diversos grupos musicais que atuaram; e o desfile pelo qual tem um carinho especial, e que foi bem demonstrativo de que há vida em Tarouca, assim como todos os restantes dias de festa.

Referiu, a propósito, que o primeiro desfile foi organizado pela Associação de Juventude do concelho de Tarouca, há tinta e um anos. E que o desfile do corrente ano veio demonstrar que as Associações do Concelho estão vivas, mesmo as que estavam moribundas, por terem sido espezinhadas pelo poder durante dezasseis anos, regressaram e outras novas se formaram, tendo ficado bem demonstrada a vida associativa que há Concelho. Disse ainda que também não concorda com a fixação de um tema para o desfile, porque já se provou anteriormente que não era uma boa solução.

Prosseguiu dizendo que já começaram a aparecer umas "virgens cândidas" a dizer que tudo é mau, e em relação a isso



2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

colocou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

- Quanto custaram as festas do corrente ano, que duraram cerca de quinze dias, bem como as do ano findo e as últimas do anterior Executivo?

A propósito sugeriu às referidas "virgens cândidas" que perguntem às associações que estiveram no espaço das festas, se foi ou não útil para o seu autofinanciamento o tempo que ali passaram.

- São ou não atribuídos subsídios às Bandas de Música do Concelho? E em caso afirmativo em que moldes isso é feito?

- Quanto à Orquestra, ouviu falar de despedimentos, existia algum salário para os músicos? Houve alguma fusão? Em que moldes ocorreu a reestruturação da orquestra?

- Houve alguma poupança com o novo sistema de transportes? Em que está a ser gasto o valor dessa poupança?

- Quem tem assumido os encargos com os inúmeros problemas que têm surgido nas piscinas municipais cobertas? Concluiu a sua intervenção dizendo que concorda inteiramente com o membro Manuel Leite dos Santos no que se refere à iluminação pública, contudo lembrou que não há iluminação noturna porque não há dinheiro, assim como não há muitas outras coisas pela mesma razão.

Interveio de seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tendo cumprimentado a comunicação social formal e não formal presente na sessão.

Cumprimentou ainda um membro histórico desta Assembleia Municipal, o Senhor Carlos Assunção, tendo manifestado satisfação pela sua presença.

Referiu que esteve na Régiefreutas em plena campanha da baga do sabugueiro e que não podia deixar de testemunhar o esforço imenso que foi feito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e pelo ser humano Valdemar Pereira, que com o apoio de funcionários do Município e até dos Senhores Vereadores, e com um grande sacrifício, tornou aquela unidade operacional, tendo conseguido fazer um trabalho fantástico, valorizando no mercado internacional um dos nossos produtos, que é a baga do sabugueiro.

Referiu ainda o convite do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Tarouca para o evento em Vila Chã do Monte, salientando que o que ali aconteceu é claramente um exemplo de cidadania.

Relativamente à realização dos Jogos Florais, disse que são o grande testemunho da democracia nesta Assembleia Municipal, porque demonstram que venham as boas ideias donde elas vierem serão sempre aproveitadas e concretizadas.

Quanto às festas de S. Miguel, disse que foi arrepiante ver as cinco bandas juntas, pela forma serena, educada e de grande qualidade artística, que a todos faz sentir muito orgulho. Salientou a humildade das Instituições do Concelho

e dos seus voluntários, que estiveram a trabalhar durante as festas de forma voluntária e exaustivamente em favor das mesmas, o que foi fantástico.

Concluiu dizendo que há trinta e um anos atrás o desfile de S. Miguel chamou para participar outras freguesias de fora do Concelho que tinham a ver com o Varosa, designadamente, Ferreirim, Lalim e Alvite, por isso gostava de as ver novamente a participar no desfile.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por abordar a sinalização na Rua de S. Miguel, tendo explicado que, quando resolveram alterar os sinais daquela rua, foram analisar os diversos constrangimentos que existiam de um lado e do outro, tendo sido apresentadas diversas soluções técnicas. Contudo, a solução que lhe pareceu ser mais vantajosa foi a que efetivamente foi aprovada, porque resolve os problemas do trânsito e permite ganhar mais estacionamento para os veículos.

Ao membro Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo disse que o Executivo tem tido uma grande preocupação com a execução das acessibilidades aos terrenos agrícolas, porque é uma forma de ajudar a economia local.

Relativamente à Régiefrutas, informou que o ano correu bem, contudo tiveram alguns problemas em termos de maturação da baga e por isso ficaram cerca de cem toneladas nos sabugueiros dos cinco concelhos (Tarouca, Lamego, Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaço).

Explicou que tem havido um aumento gradual da entrada de baga na Régiefrutas ao longo dos três anos: em dois mil e catorze entraram cerca de seiscentas e cinquenta toneladas; em dois mil e quinze entraram cerca de oitocentos e sessenta toneladas; e no corrente ano foram recebidas novecentos e setenta e seis toneladas. Acrescentou que efetivamente necessitavam de mais toneladas para as encomendas que tinham, não tendo sido possível satisfazê-las na sua totalidade.

Ao membro Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa, relativamente à execução do parque empresarial, explicou que tem sido muito complicado adquirir o terreno para o efeito, pois fizeram várias tentativas de aquisição amigável, que não foi possível concretizar, tendo sido obrigados a recorrer à expropriação. Explicou ainda que vai ser notificado o proprietário, para posteriormente poderem tomar posse administrativa do terreno, esperando começar as obras no início do próximo ano.

Ao membro Tiago Jorge Martins Eusébio felicitou-o pela obra executada em Vila Chã do Monte, por todo o empenho do povo e das comissões de festas, porque é uma obra interessante, que

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

teve também a parceria da Câmara Municipal, e que merece a admiração de todos.

Quanto à escola de S. João de Tarouca, explicou que já existe um contrato de comodato com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. João de Tarouca, por isso qualquer decisão sobre o assunto deverá ser deliberado pela Assembleia de Freguesia de S. João de Tarouca e comunicada a respetiva decisão à Câmara Municipal, para que possa ser contactada a instituição em causa a fim de ser decidido o assunto. Acrescentou que as entidades que celebram contratos de comodato podem fazer acordos com outras associações.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo informou que quando foi executada a Variante Este, o Município teve direito a uma percentagem de 76% dos fundos comunitários, tendo recorrido a um empréstimo do restante valor. Contudo, não foram executados na totalidade os trabalhos do valor aprovado, por isso o Município tinha de ter repostado o valor correspondente aos trabalhos não executados. Conforme lhe foi informado pela Chefe de Divisão, na altura, o Executivo sabia que tinha de devolver esse valor, mas já não havia dinheiro e por isso não foi devolvido. Agora seremos obrigados a devolver cerca de duzentos mil euros, apesar da difícil situação financeira do Município, o que a veio agravar.

Ao membro Manuel Leite dos Santos explicou que foi celebrado um protocolo entre a ANMP e a EDP para alteração da iluminação pública para LED's, ao qual o Município aderiu e por isso até ao final do ano já serão colocadas dezassete luminárias, para experiência, o que espera que já venha responder aos nossos desejos.

Acrescentou que se da referida alteração resultar alguma poupança nas despesas com a iluminação pública, já haverá possibilidade de a manter ligada durante a noite.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmiento informou que o custo com as festas de S. Miguel no ano de dois mil e treze foi de cerca de cento e trinta mil euros e que a soma dos três anos do corrente mandato não chegou àquele valor, tendo no corrente ano a despesa sido ainda inferior à do ano anterior. Salientou que no corrente ano tiveram catorze dias de festa, todos os dias com um grupo e com diversas atividades, com o intuito de se ajudarem todos os grupos musicais do Concelho, pois só foram contratados dois grupos de fora do Concelho. Perguntou se não é desta forma que se ajuda a economia local. Disse ainda que tem falado com as Associações presentes no recinto da festa, e a maioria mostrou-se muito satisfeita com o resultado das vendas.

Quanto às Bandas de Música, informou que como o Município possui quatro autocarros, entendeu-se que, em vez de serem atribuídos subsídios às bandas, fossem feitos os transportes das mesmas sempre que necessitam de se deslocar. Referiu que

apesar de umas bandas lucrarem mais do que outras, porque isso dependerá do número de saídas que cada uma tiver, todas acabam por deixar de ter a despesa com transporte, o que considera que é um apoio importante, não sendo legítimas algumas das críticas que se têm ouvido.

Quanto à Orquestra Ligeira, explicou que havia uma compensação por ensaio a cada músico, que ficava anualmente no valor de seis mil e trezentos e oitenta e seis euros.

Explicou ainda que, em dezassete de junho de dois mil e quinze, lhe foi entregue pelo Diretor da Orquestra um dossier, no qual demonstrava a sua indignação pela falta de atuações da Orquestra, pois tinham tido apenas duas atuações nesse ano. Naquele dossier, referia ainda a falta de cumprimento dos horários nos ensaios da orquestra, o que indicava a falta de motivação dos músicos e não permitia atingir objetivos. Com base nessas informações, solicitou-lhe a apresentação de um novo projeto.

Continuou explicando que, passado algum tempo, apareceram-lhe no seu gabinete o Diretor da Orquestra, e os maestros Ricardo Fonseca e Rui Lima, para lhe apresentarem um novo projeto para a Orquestra, sem custos, que incluía os professores e alunos da Academia de Música, servindo-lhes também de incentivo, porque apresentariam o seu trabalho no final do ano. Nessa altura, disse ao Diretor da Orquestra para transmitir o que se passava a todos os elementos da Orquestra. Disse ainda que, posteriormente, no máximo duas semanas depois, após a reunião da Câmara Municipal, transmitiu ao Senhor Vereador José António Amaro Nunes, que estava a ser preparado um novo projeto para a Orquestra, e que deveria falar com o Diretor da Orquestra sobre o assunto.

Continuou dizendo que, há cerca de um mês, ficou deveras constrangido quando foi confrontado com o facto de que os elementos da Orquestra não tinham conhecimento do que se passava. Então, disponibilizou-se para fazer uma reunião com todos, para lhes explicar o que efetivamente aconteceu. Disse ainda que hoje à noite vão ter a oportunidade de ouvir os alunos e professores da Academia de Música na sua primeira atuação como Orquestra.

Relativamente às piscinas cobertas, disse que ninguém desejava que acontecesse o que tem acontecido, designadamente o rebentamento dos tanques e da cobertura. Informou que fizeram um acordo para recuperação dos tanques com a empresa. Quanto à cobertura, não poderiam compactuar com aqueles erros de construção, por isso está a ser substituída pela empresa, para o que quase foi necessário acionar a caução em empreitada, não tendo chegado a ser feito.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas, foi feito um intervalo.



Fl. 077

2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e quinze minutos, com a presença de todos os membros.

Passou-se de imediato à discussão da ordem do dia:

PONTO 1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES EM 30.06.2016, APRESENTADO PELA SOCIEDADE "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.", ACOMPANHADO DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NA MESMA DATA

Presente o Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2016, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, acompanhado do balanço e demonstração de resultados do período, documentos que foram apreciados em reunião da Câmara Municipal de vinte e dois de setembro corrente e enviados antecipadamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que o relatório semestral nas principais conclusões mantém as mesmas dos anos anteriores, designadamente as seguintes:

- o facto de não conseguirem inventariar todo o património do Município, tendo no primeiro semestre sido possível acrescentar ao inventário da Autarquia o montante de seiscentos e noventa e cinco mil euros de património que ainda não estava inventariado, do qual houve novas amortizações, que foram para resultados transitados;
- a dívida à empresa Águas do Norte, SA, no valor de cerca de um milhão e setecentos mil euros que o Município não reconhece, porque se refere aos consumos mínimos, que a empresa entende que deve cobrar ao Município e este não aceita, porque não o consome;
- o excesso do limite de endividamento, que atualmente é de cerca de um milhão, mas que no início do mandato era de cerca de quatro milhões, e por isso esta redução deve ser motivo de orgulho para todos;
- o problema de tesouraria que existe no Município, que faz com que haja insuficiência de fundos disponíveis.

Relativamente ao balanço, a dívida regista um valor de doze milhões de euros, verificando-se assim uma redução de dois milhões e meio no total da dívida, em relação ao início do mandato.

Quanto à demonstração de resultados, disse que se mantém a atividade corrente, estando já com cerca de 35% de execução orçamental, sendo que a taxa de execução das receitas correntes é de 37,9% e das receitas de capital é de 25,9%, o que está aquém das expectativas que o Executivo tinha, e que se deve ao facto de, em três anos de mandato, não terem recebido qualquer tipo de pagamento de montantes dos fundos

comunitários em relação aos projetos apresentados, tal como aconteceu com os restantes Municípios do País, o que atrasou a obra e consequentemente a execução das receitas de capital. Em relação ao acréscimo do valor dos fornecedores, disse que tem a ver com o reconhecimento de faturas da empresa Águas do Norte, SA.

Não tendo havido outras intervenções, foi apreciado e tomado conhecimento do presente relatório, bem como do balanço e da demonstração de resultados referentes ao período de 01.01.2016 a 30.06.2016.

PONTO 2: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS INERENTES AO CONTRATO A CELEBRAR PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL PARA AS DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TAROUCA, EM 2017

Presente a proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal de oito de setembro corrente, para aprovação da autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar para aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para as Diversas Instalações do Município de Tarouca, em dois mil e dezassete, enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL PARA AS DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TAROUCA

PROPOSTA

Considerando que:

1. Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação, em mercado liberalizado, do fornecimento de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município de Tarouca (incluindo as instalações Iluminação Pública), identificadas no Anexo I ao Caderno de Encargos do procedimento aquisitivo que ora se vai propor seja aprovado, pelo prazo de 1 (um) ano;
2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, na 67ª reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, em 25 de maio de 2016, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento comum;
3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar este procedimento;
4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso com vista à celebração de um único contrato

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de aquisição de energia, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a designação da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo);

5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO na referida reunião de 25 de maio de 2016, e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar;

6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos

7. No que ao Município de Tarouca diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a Câmara Municipal, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Tarouca que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pelo Município referente às componentes de Energia Ativa do Mercado Liberalizado, possa ser na ordem dos 138 866,02 €, a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tais como as tarifas de potência (incluindo potência contratada e em horas de ponta), de energia ativa (incluindo tarifas simples, horas de ponta, cheias, fora de vazio, vazio normal e super vazio) e de energia reativa fornecida e recebida das instalações em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, e ainda as taxas de radiodifusão e o imposto especial sobre o consumo de eletricidade, acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor.

8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em 362 125,08 €, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um encargo total de 444 543,88 €, cujos encargos terão reflexos no próximo ano económico, acautelando-se o montante do contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais de 2017.

9. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2017, e que se estimam, como referido, no valor de 444 543,88 €.

10. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a que acresce o facto do procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após a aprovação desta proposta. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar:

a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas instalações das entidades subscritoras;

b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia,



Fl. _____

079

2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

c. O programa de concurso e o caderno de encargos respetivos.

d. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido.

e. A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2017, e que se estimam no valor anual de **444.543,88€**.

Paços do Município, 5 de setembro de 2016

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que explicou que esta proposta se destina a conferir poderes à CIMDouro, que representa os dezanove municípios, de abrir concurso para a aquisição de energia elétrica, a fim de a obterem mais barata.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar para aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para as Diversas Instalações do Município de Tarouca, em dois mil e dezassete, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de dois mil e dezassete, e que se estimam no valor anual de 444 543,88€ (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e três euros e oitenta e oito centimos).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS

URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2016 A LIQUIDAR EM 2017 E DE REDUÇÃO DA MESMA, DE ACORDO COM A N° DE DEPENDENTES QUE COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR

Presente a proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de dois mil e dezasseis a liquidar em dois mil e dezassete, e redução desta taxa nos casos de imóvel destinado a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, a qual foi aprovada em reunião camarária de vinte e dois de setembro corrente, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2016 A LIQUIDAR EM 2017, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

(alínea d) do n° 1 do artigo 25° e alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09 e n° 5 do artigo 112° e n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,45%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 7-A/2016, de 30 de março).

Por outro lado, a referida Lei n° 7-A/2016, de 30.03 aditou ao Código o IMI o artigo 112°-A, que prevê no n°1 a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, considerando que:

1. Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.



2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

2. Os municípios do interior, como é o caso de Tarouca, devem procurar devem oferecer condições para fixar as famílias e empresas, implementando medidas que permitam uma vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.

3. O montante do imposto a pagar, em especial, pela habitação própria ou pelos estabelecimentos produtivos constituiu um fator decisivo para o desenvolvimento local.

4. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.

5. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes a cargo do sujeito passivo do imposto, referente a imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.

6. Pelo contrário, aquela medida terá efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo eventualmente para a fixação de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2016 a liquidar em 2017: 0,3%.

b) nos termos dos n°s 1 e 2 do artigo 112°-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n° 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2016 a liquidar em 2017, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Paços do Município, 21.09.2016

O Presidente da Câmara,
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que a taxa se mantém como no ano anterior, tendo sido apenas efetuadas as alterações previstas na lei.

Salientou que o Executivo, apesar das dificuldades financeiras que o Município enfrenta, para as quais necessitava de arrecadar mais receita, coloca sempre em primeiro lugar as famílias, e por isso não propõe o aumento das taxas.

Intervieram os seguintes membros:

- **António Carmo Santos** - Disse que em relação às deduções à coleta, e apesar de não ser da responsabilidade do Município, julga que nem sempre as pessoas que têm mais filhos são os mais necessitados, por isso julga que as Finanças deveriam fazer essa verificação.

Louvou o facto de ser mantida a taxa do IMI.

- **Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa** - Perguntou se a Autarquia tem apoiado a Autoridade Tributária na deteção de situações de isenção de IMI a estrangeiros e emigrantes com imóveis e morada fiscal no Concelho, pois os mesmos não apresentando rendimentos no País beneficiam de uma isenção automática, como se tivessem insuficiência económica.

- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, quanto à questão das isenções automáticas, disse que têm provocado situações complexas, e por isso os Presidentes das Assembleias Municipais do Douro Sul reuniram e analisaram esta situação. Efetivamente, verifica-se que os emigrantes que têm rendimentos provenientes dos países onde trabalharam durante muitos anos, estão a ver-se confrontados com o facto de terem sido isentos automaticamente do pagamento do IMI por não terem rendimentos no País, para além de que estão a ser convidados pela Autoridade Tributária a deixarem de residir em Portugal, a fixarem residência nos Países donde obtêm os rendimentos e a nomearem em Portugal um representante fiscal. Considera que esta situação é inadmissível, porque há concelhos que estão a perder um grande número dos seus habitantes, com todas as consequências que isso provoca, nomeadamente, na área da saúde, na diminuição dos fundos que são atribuídos aos Municípios, na área eleitoral, entre outras.

Disse ainda que a situação exposta é bastante complexa e grave, mas que tem vindo a ser feito um esforço para a resolver, pois Tarouca também virá a ser penalizado.

- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que se sentem inconformados com a situação apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois serão prejudicados também a nível do FEF, por isso já apresentaram um documento sobre o assunto na CIMDouro, acreditando que com a intervenção das CIMS e da ANMP o assunto será resolvido.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

a) nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixar a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2016 a liquidar em 2017: 0,3%.

b) nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30.03, fixar a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2016 a liquidar em 2017, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA CONCEDIDA POR DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28.11.2015, REPORTADA A 19.09.2016

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e dois de setembro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 28.11.2015, reportada a 19.09.2016, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número vinte e dois, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze, e que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO
INFORMAÇÃO REPORTADA A 19.09.2016**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 28.11.2015, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o corrente ano, junto se anexa a respetiva lista, reportada a 19.09.2016.

Paços do Município, 19.09.2016.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não foram feitas intervenções.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

PONTO 5 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09), a qual foi enviada com antecedência para todos os membros e será arquivada sob o número vinte e três, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar explicações.

O Senhor Presidente da Câmara disse que gostava que tivessem em atenção o número de obras elencadas na presente informação, e que foram executadas pelos trabalhadores do Município, com a colaboração dos Senhores Presidentes de Junta, salientando a colaboração que existe entre o Município e as Freguesias, sem a qual nem metade das obras seriam feitas.

Explicou que são os Presidentes de Junta que informam quais as obras que são necessárias para as respetivas freguesias e quais são as mais urgentes, não resultando da decisão do Presidente da Câmara.

Chamou a atenção para o facto de estarem a transportar para o IPO muitos doentes do Concelho, o que não é uma obrigação do Município, mas sim do Governo. Considera que esta é uma grande obra que estão a fazer no Concelho, para além de todas as outras que estão a fazer em termos de ação social. Relativamente à execução de transportes escolares, disse que quando os assumiram tinham consciência de que teriam de haver poupanças, as quais foram aplicadas na isenção de pagamento das refeições aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, na oferta de livros e no aumento para cinco horas do trabalho das tarefeiras, e do valor de cada hora para € 3,12 (três euros e doze cêntimos por hora), o que elas muito agradeceram, porque viram melhorar a sua qualidade de vida. Acrescentou que tudo continuarão a fazer para melhorar ainda mais a situação das tarefeiras.

Salientou que a decisão do Executivo em relação aos transportes, foi sem dúvida uma mais-valia, porque têm transporte disponível para todas as instituições, por um custo muito menor de que anteriormente.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Informou ainda que no final do ano de 2013, o Executivo não conseguiu pagar o valor em dívida à TRANSDEV relativo a transportes escolares, existindo uma fatura de juros de mora no valor de € 40.519,00 (quarenta mil e quinhentos e dezanove euros), que nunca tinha sido registada, por isso pergunta se estas seriam as boas relações que existiam entre a TRANSDEV e o Município.

Concluiu dizendo que a sua função é defender o Município e, por isso, mais uma vez fica provado que tinham razão quando criaram o novo modelo de transportes, que beneficiou a todas inclusive as crianças e as suas famílias.

Intervieram os seguintes membros:

- **António do Carmo Santos** - Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o que foi resolvido na reunião com os ex-combatentes.

Disse ainda que sendo Tarouca um Concelho onde o desporto está bem implementado, sugeria a organização de competições de natação, a nível de escolas de natação, que serviria também de incentivo à frequência das piscinas cobertas.

Sugeriu ainda que, uma vez que há bastantes deficientes no Concelho, que sejam criadas atividades desportivas para eles, aproveitando assim as infraestruturas disponíveis.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Na qualidade de sócio fundador do SCT, agradeceu as palavras elogiosas que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhes dirigiu, salientando a importância da formação que ali é feita para as crianças e jovens.

Agradeceu ainda ao Executivo pela renovação do protocolo de colaboração com o SCT e pelo apoio a este projeto, que envolve cerca de cento e cinquenta jovens, bem como a todos os diretores e a todas as pessoas que de forma voluntária colaboram no projeto e contribuem para o seu sucesso.

Destacou a realização do Varosa Cup, durante as festas de S. Miguel, que envolveu inúmeras pessoas durante todo o dia, e que teve o apoio da Câmara Municipal, tendo sido um grande sucesso.

Concluiu agradecendo aos cerca de setenta atletas do SCT que participaram no desfile das Festas de S. Miguel.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Salientou a remodelação do parque infantil do Castanheiro do Ouro, que era necessário para a segurança das crianças.

Destacou o Programa Rejuvenescer Tarouca que continua ativo e com imensas atividades, e o papel da Unidade Móvel de Saúde, pelo número de pessoas que a ela recorrem.

Salientou ainda o Festival da Juventude, que foi um acontecimento marcante em Tarouca.

Reconheceu que as condições das piscinas de Tarouca são boas para a realização de competições de natação, pelo que concorda com a sugestão do membro António do Carmo Santos.

Concluiu solicitando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que confirmasse os seguintes dados:

- Eram pagos seis mil e trezentos euros à Orquestra Municipal por duas atuações anuais?

- O Diretor da Orquestra e o Senhor Vereador José António Amaro Nunes são a mesma pessoa?

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por se dirigir ao membro António do Carmo Santos tendo-o informado, que recebeu uma delegação de ex-combatentes no seu Gabinete, que lhe solicitaram a colocação em Tarouca de um monumento de homenagem aos ex-combatentes, para ser inaugurado no dia dez de junho do próximo ano. Ficou de ver o custo dessa obra, para posterior decisão.

Quanto à competição de natação nas piscinas cobertas, disse que já existe um projeto para o efeito e por isso em breve terão novidades sobre o assunto, bem como sobre atividades para os deficientes.

Disse que têm sido acusados de fazer muitas festas, o que se explica por tantas atividades que as Associações do Concelho promovem e nas quais o Executivo sempre participa. Disse ainda que isso só acontece porque as Associações efetivamente dão mais vida a Tarouca, o que ficou bem visível no Cortejo. Referiu ainda que as Associações do Concelho quase não existiam e agora são elas que criam dinâmicas, que participam, sendo acarinhadas pelo Município.

Referiu a sua admiração pelo associativismo, pois sem as associações não havia vida na maioria das povoações, por isso estarão sempre disponíveis para apoiar as Associações do Concelho.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmento esclareceu que os elementos da Orquestra não levavam dinheiro pelas atuações, o valor que lhes era pago pelo Município referia-se a uma compensação para ajuda das suas deslocações para os ensaios, tendo reconhecido que este valor não pagava muitas vezes as despesas que cada um tinha.

Disse ainda que reconhece que efetivamente ficava caro manter a Orquestra, pois era um valor elevado por uma só atuação anual, porque se tivessem dez atuações já não seria tão caro.

Acrescentou que por cada atuação da Orquestra era ainda pago o valor de seiscentos ou oitocentos euros pelo aluguer da aparelhagem de som, e que decidiram adquirir uma aparelhagem pelo valor de seis mil e seiscentos euros, a qual já funcionará na atuação de hoje, cujo montante corresponde à poupança de um ano de pagamento da referida compensação aos membros da Orquestra.



2016.09.30

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Terminadas as intervenções, passou-se ao de seguida ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)

Inscreveu-se para intervir os cidadãos **António Ribeiro de Almeida** e **Maria Assunção Monteiro**.

Interveio o Senhor António Ribeiro de Almeida que iniciou por fazer uma referência ao ensino em Tarouca, salientando que das vinte e duas candidaturas ao ensino superior dos alunos do Agrupamento Dr. José Leite de Vasconcelos, vinte e um conseguiram colocação na primeira fase do concurso, e só um aluno foi colocado na segunda fase, tendo sido colocados alunos nos cursos de farmácia, enfermagem, engenharia eletrotécnica, química medicinal, entre outros, estando por isso o Concelho de parabéns.

No entanto, chamou a atenção para a diminuição do número de alunos que se tem verificado no ensino pré-escolar e ensino básico do Agrupamento de Escolas de Tarouca, tendo apresentado uma comparação entre números de alunos de anos anteriores, considerando que a situação atual é muito preocupante.

Relativamente à homenagem aos ex-combatentes, e em nome de todos os que combateram, na maioria contra a própria vontade, infelizmente vinte e cinco tarouquenses por lá morreram, e se nada houver no Concelho que marque essa geração que viveu e padeceu essa situação, as gerações futuras nem se aperceberão de tudo o que aconteceu nessa época, daí a importância dessa homenagem.

Solicitou ainda a todos os membros da Assembleia Municipal e em especial aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para ajudarem a contactar os ex-combatentes das suas freguesias, a fim de permitirem que todos se possam juntar um dia.

Concluiu perguntando que diligências a Câmara Municipal vai tomar relativamente à paragem dos autocarros para as pessoas que se deslocam para o Hospital de Lamego.

Interveio de seguida a Senhora Maria de Assunção Monteiro, tendo iniciado por agradecer à Mesa da Assembleia Municipal por ter concebido um Regimento que permite a participação dos cidadãos e o exercício da cidadania.

Contudo, não pode deixar de lamentar que, a maioria das vezes, as sugestões feitas pelos cidadãos não sejam acolhidas e sejam ignoradas e até rebatidas com métodos pouco saudáveis, sentindo ultimamente até alguma hostilidade quando manifestam intenção de participar.

Concluiu perguntando aos presentes quantas vezes ao longo dos três anos, um cidadão participou mais do que uma vez nas sessões da Assembleia Municipal.

O membro **Manuel Leite dos Santos**, em substituição do 2º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a participação dos cidadãos, tendo salientado que são respeitadas as opiniões de todos quantos se manifestam nesta

casa da democracia e que todos são livres de expressar o que pensam e o que sentem e, por isso, mesmo que possam divergir das opiniões apresentadas, elas serão sempre respeitadas.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a homenagem aos ex-combatentes, reconheceu que é uma dívida que o Concelho tem para com os ex-combatentes, e por isso tudo irão fazer para que ela seja uma realidade.

Dirigindo-se à Professora Assunção Monteiro, disse que o membro Manuel Leite dos Santos já respondeu às suas questões.

Convidou todos os presentes para o jantar que terá lugar às vinte horas no recinto das festas de S. Miguel.

Procedeu-se de seguida à leitura em voz alta da minuta das deliberações aprovadas nesta sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Gomes Braga*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

